



**PUC**  
RIO

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO**  
**CENTRO DE TEOLOGIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA**  
**CURSO DE PSICOLOGIA**

**MARIA DE OLIVEIRA GORINI**

**ATRAVESSAMENTOS E PERPETUAÇÃO DO PATRIARCADO E  
MACHISMO NAS RELAÇÕES PARENTAIS**

Rio de Janeiro

2025

**MARIA DE OLIVEIRA GORINI**

**ATRAVESSAMENTOS E PERPETUAÇÃO DO PATRIARCADO E  
MACHISMO NAS RELAÇÕES PARENTAIS**

Monografia apresentada ao  
Departamento de Psicologia do Centro de  
Teologia e Ciências Humanas da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio  
de Janeiro como requisito parcial para a  
obtenção do título de bacharel em  
Psicologia.

Gisele de Aleluia Vieira

Rio de Janeiro  
2025

**RESUMO:** Este trabalho analisa como o patriarcado e o machismo são atravessamentos estruturais que se manifestam e perpetuam nas relações parentais, influenciando práticas educativas, dinâmicas familiares e processos de subjetivação. A pesquisa discute as bases históricas e culturais do sistema patriarcal, destacando como valores, normas e expectativas de gênero são transmitidos entre gerações por meio da socialização primária. Examina-se o papel da família como agente formador de identidades de gênero, bem como os impactos emocionais e sociais dessa transmissão, especialmente, no que se refere à naturalização da autoridade masculina, à responsabilização materna e à invisibilização de imposições sistêmicas. A análise evidencia como crenças, comportamentos e funções de gênero se reproduzem no cotidiano familiar, contribuindo para a manutenção de desigualdades e para a construção de subjetividades marcadas por hierarquias de gênero. O estudo aponta, por fim, caminhos de reflexão e desconstrução possíveis no âmbito das relações parentais.

**Palavras-chave:** patriarcado; machismo; família; relações parentais; gênero; socialização.

## SUMÁRIO

<b>Agradecimentos .....</b>	5
<b>1- Introdução .....</b>	7
<b>2- Gênero, cultura e patriarcado .....</b>	9
<b>2.1 - Conceituando: distinções entre sexo e gênero .....</b>	9
<b>2.1.1 - Diferenças biológicas e sociais entre homens e mulheres.....</b>	10
<b>2.2 - Origens e estrutura do patriarcado na sociedade ocidental.....</b>	12
<b>2.3 - O papel do homem europeu e efeitos da colonização na sociedade brasileira....</b>	13
<b>2.3.1 - A dor invisível: a violência racista e misógina contra a mulher negra .....</b>	16
<b>3- Influência da família na formação de um ser humano .....</b>	18
<b>3.1- Construções e reformulações da família contemporânea .....</b>	18
<b>3.2 - A família como agente primário de socialização e seu impacto no desenvolvimento emocional da criança .....</b>	19
<b>4- Discussões sobre gênero e práticas na dinâmica familiar: crenças, valores, regras.....</b>	22
<b>4.1 - A transmissão de valores patriarcais nas práticas cotidianas .....</b>	22
<b>4.2 - O papel da mulher na manutenção do machismo cultural e suas controvérsias.....</b>	24
<b>4.3 - Efeitos do atravessamento do machismo e patriarcado na criação dos filhos .....</b>	28
<b>5- Conclusão .....</b>	30
<b>6- Referências Bibliográficas .....</b>	32

## ***Agradecimentos***

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Rose e Giovanni, por me darem o sopro da vida e possibilitarem chegar até aqui. Por me incentivarem e, sem hesitar, jamais medirem esforços para me proporcionar tudo de melhor, sem ressalvas. Por serem minha base, meu alicerce. Eles foram e são a fonte de apoio inesgotável ao longo de toda minha trajetória acadêmica, do beabá ao diploma. Como sempre dizem, cada conhecimento é uma chave, e a cada chave conquistada, mais uma porta se abre. E esta é só a primeira.

Agradeço à minha avó materna, Maria da Penha, uma das que me originou o nome e que mais me ensinou sobre amor, cuidado e afeto de uma forma incondicional. Ela que, antes mesmo de eu sequer imaginar em ter um diploma, quiçá um espaço para atender, já havia me presenteado com o primeiro item de decoração do meu consultório. Atos que simbolizam mais do que quaisquer palavras. A luz do meu girassol.

Agradeço à minha madrinha, Rosimeri, por ser minha fiel apoiadora, pelas trocas infinitas acerca da vida, faculdade e estudo. Por ter, assim como minha avó, acompanhado cada etapa da minha vida, cada passo meu e vibrado à cada conquista. Minhas segundas mães. Sempre presentes, sem pestanejar.

Agradeço ao meu avô materno, Beverly, e à minha avó paterna, Maria Neiva – a qual também me originou o nome. Ambos que, com muito pesar, já não estão mais, em matéria, conosco. Eles que com seus jeito único e doçura, respectivamente, marcaram meu caminho. Eternos em meu coração.

Agradeço ao meu avô paterno, Silvestre, por me transmitir os valores essenciais a qualquer ser humano digno, a honestidade, integridade e determinação, além de ser a materialização de que o conhecimento é transformador.

Agradeço ao meu irmão, Pedro, ou como dizem, a minha versão masculina. Ele que, desmedidamente, me orgulha e ensina sobre compaixão, empatia e a dádiva que é crescer com irmãos, mesmo sem se dar conta dessa grandeza. Meu eterno menino. Em breve, será você aqui e eu, como sempre, estarei te celebrando em voz alta.

Agradeço, infindavelmente, à minha amiga Sofia Jasmin, que, há tempos, deixou o posto de amiga e tornou-se uma irmã para mim. Irmã de vida, faculdade, trabalho... sem ela, nada disso aqui teria sido possível. Segurou a minha mão, suportou e atravessou comigo todo o processo, secou as minhas lágrimas e deu-me colo. Uma das minhas maiores apoiadoras,

que acredita mais no meu potencial do que eu, por muitas vezes. Chorou meu choro, riu meu riso. Valeu por você existir, amiga!

Agradeço às minhas amigas de graduação, Bruna Pinho, Chiara Capocchi e Giovanna Veiga, por partilharem comigo esta experiência tão turbulenta, cheia de desafios, angústias, provações e descobertas, que é a faculdade. Sem vocês, esta conquista não teria o mesmo significado. Sou profundamente grata por tudo o que vivemos, partilhamos e criamos juntas. Amizades que seguem para além dos portões da PUC.

Agradeço às minhas amigas-irmãs, Alexia e Larissa, por terem, com muita generosidade, compreendido minha ausência nesta reta final da graduação. Amizades que me dão força e comprovam que a distância jamais será um impeditivo entre nós.

Agradeço à minha tia e primas de coração, Anna Paula, Bia e Clárinha, por fazerem parte da minha vida há tantos anos e sempre participarem de momentos tão especiais. Minha mãe loira e irmãs que não tive.

Agradeço a cada um dos professores que atravessaram meu caminho, do maternal ao último dia letivo da faculdade. Sem vocês, nada disso seria possível.

Agradeço à minha psicóloga, Natascha, que, com muito tato, costura e dá voz às minhas feridas. Que muito ouviu sobre meus processos e motivações, inclusive, para a realização deste trabalho. Um salve à nossa profissão revolucionária.

Agradeço, também, a mim, por não desistir e a cada dia, buscar uma nova e melhor versão minha.

## 1- INTRODUÇÃO

O tema selecionado para o projeto de pesquisa tem como pauta um assunto um tanto quanto polêmico que vem sofrendo muitos desdobramentos com o decorrer dos séculos. Ainda nos dias hodiernos, a influência do patriarcado atravessa todos os tipos de relações existentes, sejam elas laborais, afetivas, familiares, entre outras. Esta temática tornou-se mais evidente a partir da década de 60, na qual houve um movimento de ruptura e emancipação feminina mediante a implementação e difusão dos métodos contraceptivos – tendo como marco a criação da pílula anticoncepcional (LEONE & TEIXEIRA, 2010). Contudo, é de suma importância contextualizar, primeiramente, o momento no qual houve esta “virada de chave” na sociedade, bem como será visto mais à frente.

A proposta deste trabalho é estabelecer uma lógica histórico-temporal acerca da construção familiar e as intercorrências que atravessaram seu processo com o passar da história. Sendo assim, o primeiro capítulo introduz as dissonâncias culturais acerca dos conceitos de sexo e gênero, distinguindo-os, uma vez que são primórdios para embasar os demais temas apresentados. Já o segundo capítulo retrata o contexto histórico o qual ocasionou tais mudanças e como elas foram instauradas e disseminadas no recorte social brasileiro. Por fim, o terceiro capítulo aborda, mais especificamente, a construção familiar e seus impactos na formação do indivíduo. Além disso, também encontram-se nele o desfecho e a relação entre todos os conteúdos expostos na elaboração deste Trabalho de Conclusão de Curso.

A crítica proposta foi construída mediante a reflexão sobre os modos pelos quais o patriarcado e o machismo se enraízam nas relações parentais e sustentam desigualdades que, por muitas vezes, passam despercebidas no cotidiano. Desde o início, é importante que o(a) leitor(a) carregue consigo alguns questionamentos: por que certas formas de autoridade ainda são consideradas “naturais”? Por que determinadas responsabilidades recaem quase que exclusivamente sobre as mulheres? O que faz com que comportamentos opressivos, muitas vezes explícitos, sejam naturalizados dentro das famílias? São provocações que atravessam este texto e têm o propósito de tensionar o senso comum que legitima práticas e discursos herdados de uma história marcada pela desigualdade de gênero.

Ao olhar para o passado colonial, evidencia-se que o patriarcado imposto pelos colonizadores europeus não apenas reorganizou relações de gênero, mas também estruturou

lógicas sociais baseadas em hierarquias raciais, moralidades cristãs e controle dos corpos. A família colonial – branca, heteronormativa, patriarcal – foi elevada a modelo universal, deslegitimando formas de parentalidade indígenas e africanas, muitas vezes comunitárias e mais fluidas em termos de gênero. Além desse, outros temas vieram ao encontro da ideia principal, tais como a luta LGBTQIAPN+, a colonização europeia sobre o Brasil e seus desdobramentos, a luta racial e, junto a ela, o racismo estrutural que permeia a sociedade como um todo.

Convido, portanto, o(a) leitor(a) a aproximar-se desta monografia com um olhar aberto, disposição para o desconforto e disponibilidade para questionar aquilo que, por muitas vezes, sequer interrogamos. Com a devida atenção às sutilezas, aos gestos cotidianos que passam despercebidos, mas que carregam consigo séculos de colonialidade, misoginia, patriarcado, racismo e LGBTfobia. Que cada capítulo sirva como convite para enxergar além do óbvio e repensar o que foi e é estruturado como “normalidade” dentro do nosso contexto social. Que a leitura seja um exercício crítico capaz de elucidar estruturas, provocar incômodos, suscitar diálogos, tensionar certezas e abrir caminhos para novas formas de se pensar as relações parentais e sociais.

## 2 - GÊNERO, CULTURA E PATRIARCADO

### 2.1 - Distinções entre sexo e gênero

Devido aos avanços sociais oriundos da pós-modernidade, juntamente ao progresso das lutas e pautas feministas, muito se debate acerca dos novos rearranjos e distintas formas de se existir, performar e identificar na sociedade atual (NARVAZ & KOLLER, 2006b). Mais precisamente, após a 2<sup>a</sup> Grande Guerra, na década de 1960, que houve a incorporação da expressão “gênero” no contexto social, uma vez que assentavam-se, extensivamente, as heterogenidades sociais entre os sexos (SPIZZIRRI et al., 2014).

A pluralidade que abrange a categoria de identificação, seja ela sexual ou de gênero, enquanto indivíduo, é um assunto amplamente estudado e debatido dos dias hodiernos e vem ganhando bastante espaço dentro das pautas sociais. Atualmente, são considerados e reconhecidos mais de 70 tipos de gênero, o que nos leva a delinear o que este termo significa.

Anteriormente, o conceito havia sido cunhado mediante os desdobramentos da compreensão que se tinha do sexo biológico, o qual é determinado no nascimento, de forma binária, (SPIZZIRRI et al., 2014) e relacionado aos cromossomos – sendo XX para pessoas do sexo feminino e XY, do masculino. Segundo Narvaz e Koller (2006a, p. 650), “a definição dava-se a partir do sexo enquanto categoria natural, binária e hierárquica, como se existisse uma essência naturalmente masculina ou feminina inscrita na subjetividade”.

Gênero, por sua vez, hodiernamente, é uma categoria de identificação que possui uma interface mais social. Culturalmente compreendido como o modo pelo qual o sujeito se percebe dentro do sistema. É um conceito que permite que grupos minoritários<sup>1</sup> e identidades sociais que tiveram sua trajetória renegada pela história possam, enfim, ter suas existências reconhecidas. Esta dimensão é de extrema relevância, visto que somos seres biopsicossociais e não somente existimos enquanto matéria biológica. Seres estes que fazem parte de um todo e são atravessados por cultura, bases familiares, subjetividades, religião, entre outros marcadores, criando assim, sua forma de pertencer ao mundo.

---

<sup>1</sup> Grupos minoritários são compostos por pessoas em estado de vulnerabilidade social e, não necessariamente, configuram-se em minoria no que tange à quantidade numérica destas. Pertencem a ele, por exemplo, as mulheres, pessoas LGBTQIAPN+, as populações negra e indígena e pessoas com deficiência (DO CARMO, 2016).

Ainda dentro do tema em questão, há um recorte indispensável de se abordar que é o das pessoas intersexo<sup>2</sup>. O conceito de gênero intersexo, embora frequentemente confundido com identidade de gênero, refere-se a um conjunto de características biológicas que não se encaixam nas definições tradicionais de masculino ou feminino. Enquanto o gênero é uma construção social, cultural e psicológica, que está relacionado à identidade de uma pessoa, a intersexualidade é uma condição biológica que envolve variações no sexo cromossômico, gonadal e/ou anatômico, as quais não correspondem às categorias típicas de masculino ou feminino (SPINOLA-CASTRO, 2005).

Historicamente, as pessoas intersexo foram submetidas a intervenções médicas e cirúrgicas, muitas vezes realizadas sem o consentimento destas. Tais práticas foram justificadas por uma crença enraizada na necessidade de "normalizar" os corpos intersexo, a fim de alinhá-los às expectativas binárias de gênero da sociedade. Isso inclui cirurgias genitais precoces e tratamentos hormonais, muitas vezes realizados em bebês e crianças pequenas, com o objetivo de tornar seus corpos mais "masculinos" ou "femininos", segundo os parâmetros sionormativos (SPINOLA-CASTRO, 2005).

### **2.1.1 - Diferenças sociais e biológicas entre homens e mulheres cisgêneros<sup>3</sup>**

A contextualização destas distinções faz-se fortemente necessária para abordar o ponto principal deste capítulo, o qual é a subdivisão de ocupações e obrigações direcionadas, única e exclusivamente, por divergências de gênero. É fundamental salientar que é a partir dos processos de socialização que os indivíduos adquirem suas particularidades, habilidades, entre outros, e não, no momento do nascimento. Sendo assim, estes processos são oriundos das relações sociais que o tangenciam e interações com o meio no qual estão estabelecidos (DUARTE & SPINELLI, 2019). Dessa forma, é de suma relevância destacar que o intuito da luta feminista não é de aniquilar ou desconsiderar as dissonâncias entre homens e mulheres, haja vista que questões biológicas permeiam este discurso.

Homens possuem estrutura física distinta, bem como órgãos genitais, níveis hormonais, tônus muscular, por exemplo, o que, por si só, já configuram diferenças

---

<sup>2</sup> Anteriormente denominados hermafroditas; o termo tornou-se obsoleto e foi substituído por intersexo, uma vez que este não era suficiente para descrever, com precisão, as pessoas com características sexuais de ambos os sexos. Junto a isso, houve uma tentativa de evitar e manejar a estigmatização e preconceito diante da sociedade.

<sup>3</sup> Cisgênero é um termo que faz referência às pessoas que se reconhecem e identificam com as mesmas identidades de gênero que lhes foram atribuídas ao nascimento.

importantes e incompatibilidades para com as mulheres (MENEZES DE ALMEIDA & BELO, 2024). Desse modo, para atividades que exijam mais força, por exemplo, pode haver uma desproporção dos homens cisgênero em relação às mulheres cisgênero, bem como em determinadas práticas esportivas. Vale salientar que, apesar disso, não há impedimentos práticos – ainda que existam os sociais – para pessoas de ambos os sexos de praticarem todas as atividades mediante treino e dedicação constantes.

Uma pauta frequentemente utilizada para justificar tais discriminações de gênero, bem como o machismo, é a atribuição de determinadas tarefas a homens e mulheres, tendo como argumento sua distinção biológica. Frases de cunho sexista, tais como “isso é brinquedo de menina”, “senta que nem moça”, “futebol é coisa de menino”, “balé é coisa de menina”, “homem não chora”, “mulher no volante, perigo constante”, “ele pode fazer isso porque é homem”, “trabalho braçal não é para mulheres”, “lugar de mulher é na cozinha” são alguns dos exemplos de falácia geracionalmente reproduzidas com fundamento em gênero, esvaziadas de lógica e embasamentos científicos que as respaldem.

Visto isso, outro relevante tópico a ser trabalhado é o de que esse discurso não afeta somente as mulheres, mas também, abarca o próprio público masculino com a mesma, ou porventura, maior intensidade. A cobrança por virilidade, força, desempenho, sucesso profissional, entre outros, são impostos a eles desde novos, gerando forte impacto em suas autoestima e confiança ao longo do processo de construção de identidade. Posto isso, segundo Minayo (2005), dados mostram que os índices de suicídio são mais elevados em homens do que em mulheres, possivelmente, motivados também pelos fatores mencionados anteriormente. Se homens tivessem a mais breve consciência de que o machismo não é uma violência que ataca somente às mulheres, eventualmente não haveria tanto discurso e práticas de ódio permeando a sociedade...

Em síntese, o intuito deste capítulo não é renegar as diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres, mas sim, de destacar e problematizar as atribuições que lhes são impostas única e exclusivamente por terem nascido com estes escopos biológico e social (BOTTON et al., 2015). A intenção é compreender o que faz com que a sociedade, como um todo, atribua determinadas tarefas justificadas por intermédio de dissonâncias meramente pautadas em questões biológicas e/ou de gênero, de onde conclui-se que não há impedimentos biológicos para realização destas.

## 2.2 - Origens e estrutura do patriarcado na sociedade ocidental

Para adentrar este subtema, é de suma importância, primeiramente, conceituar de que forma instaurou-se o que conhecemos como patriarcado no senso comum. Assim como o próprio significante sugere, a origem da palavra é advinda de um sistema social centrado na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres (NARVAZ & KOLLER, 2006a). Ou seja, estes estão situados como figuras centrais, provedores e chefes de família – caracterizando, então, uma postura de autoridade e soberania perante os demais. Porém, essa configuração não só atinge as camadas familiares, como também, todo um funcionamento social. Segundo Millet, 1970; Scott, 1995 apud Narvaz & Koller, 2006a, p.50:

O patriarcado é uma forma de organização social na qual as relações são regidas por dois princípios básicos: 1) as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e, 2) os jovens estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos. A supremacia masculina ditada pelos valores do patriarcado atribuiu um maior valor às atividades masculinas em detrimento das atividades femininas; legitimou o controle da sexualidade, dos corpos e da autonomia femininas; e, estabeleceu papéis sexuais e sociais nos quais o masculino tem vantagens e prerrogativas (Millet, 1970; Scott, 1995 apud Narvaz & Koller, 2006, p. 50)

Nos primórdios da humanidade, não se fazia necessária uma divisão cartesiana dos papéis sociais dentro de um sistema comunitário. Os arranjos familiares eram pautados no coletivismo; em organizações tribais, grupais e ambos – homens e mulheres – destinavam-se à coleta de alimentos e à manutenção mútua, bem como uma unidade (BALBINOTTI, 2018).

Além disso, a figura feminina era tida como algo sacro, o que a deixava em evidência. Foi a partir da introdução da caça que o protagonismo e valorização femininas foram abruptamente substituídas pela preeminência masculina (BALBINOTTI, 2018). Dessa forma, os cuidados da prole foram destinados à mulher e a busca pelo alimento foi direcionada aos cuidados da figura masculina.

Trazendo o contexto, mais especificamente, para o recorte brasileiro, as formações familiares a priori à colonização europeia eram estabelecidas mediante a organização indígena tribal. Nela, os cuidados, a manutenção e criação dos indivíduos se davam de forma coletiva, havendo, desse modo, líderes e indivíduos responsáveis por um grupo familiar extenso. Não havia tantos subsistemas, como retrata a sociedade mundial atualmente, e sim, figuras de destaque responsáveis pelo zelo comunitário – tais como o cacique da aldeia, o curandeiro, entre outros. Era configurado por um senso comunitário, de aliança de aldeias e tribos (SANTANA JUNIOR, 2010).

Além desses, outro fator que corrobora este contexto patriarcal é o de que pessoas do sexo feminino – de acordo com o então conhecimento da época – seriam as únicas responsáveis pela reprodução, visto que a participação masculina era, até então, desconhecida. Por intermédio da descoberta da presença ativa do homem no processo reprodutivo, juntamente ao estabelecimento da propriedade privada, o papel masculino entrou em destaque (NARVAZ & KOLLER, 2006a).

Desse modo, a construção das gerações consequentes moldaram-se ao escopo da figura masculina como esteio; “passando o bastão” ao homem e atribuindo-lhes todas as obrigações financeiras, da segurança, da moral e, principalmente, da razão. Mulheres foram designadas apenas como donas do lar; pessoas responsáveis pela procriação, cuidados e educação de seus descendentes. Não somente deles, como também, de seus cônjuges, uma vez que a figura da mulher estendia-se à figura maternal. Estas eram responsáveis por assegurar as demandas de toda a família que residia sob o mesmo teto.

Avançando mais uns séculos – e ainda tolhidas de seus direitos sociais, tais como o de participar ativamente de eleições e de trabalhar –, mulheres permaneceram aprisionadas nessa reprodução patriarcal familiar. Entretanto, por intervenção dos desdobramentos sociais alcançados, muitas delas, inconformadas com esse fantasma transgeracional, foram em busca de seus direitos, e assim, iniciou-se o que conhecemos como movimento social feminista.

Seu propósito não era o de que homens e mulheres fossem tratados da mesma forma, mas sim, de modo equivalente. Isto significa ter acesso aos mesmos direitos sociais, de trabalhar, de receber a mesma remuneração para cargos iguais, entre outros. O objetivo desse movimento, na época, era a luta contra a discriminação das mulheres e pela garantia de direitos, inclusive do direito ao voto. Um marco dessa mobilização social foi o movimento sufragista, estruturado nos países europeus e norte-americano, respectivamente, da Espanha, França e Inglaterra e dos Estados Unidos (NARVAZ & KOLLER, 2006b). Assim, foram iniciadas as primeiras rupturas ao sistema, inscrevendo-se, nesta primeira fase, a denúncia da opressão à mulher imposta pelo patriarcado.

### **2.3 - O papel do homem europeu e os efeitos da sua colonização na sociedade brasileira**

É de suma importância para um povo reconhecer sua historicidade com o intuito de compreender o seu legado ancestral. No recorte brasileiro, bem como nos de diversos outros

países latino-americanos, houve um marco determinante para as suas construções social e subjetiva, que desencadeou um impacto transgeracional na nação: a invasão e colonização europeias em um território, até então, exclusivamente verde e amarelo. De acordo com Almeida (2017, p.19), “os poderosos portugueses teriam sido capazes de dominar milhares de povos guerreiros, catequizá-los e discipliná-los, fazendo-os trabalhar e defender a terra como fiéis e submissos servidores do rei”.

Marco este que, não somente estruturou um sistema de exploração racial, como também, um acentuado modelo de organização social profundamente marcado por relações de poder escravocratas, patriarcas, machistas e misóginos (MIRANDA, 2003). A civilização brasileira teve sua subjetividade e corpos, abruptamente, atravessados pela violência e apagamento sociocultural oriundos dessa brutalidade colonizadora. Inclusive, a lógica criminológica arraigada em solo brasileiro foi exponencialmente mais influenciada pelas matriz europeias do que pelas latino-americanas (LEAL, 2017 apud FERREIRA, 2020).

A figura do europeu ameaçou a herança dos povos primários com sua hegemonia e eurocentrismo intrínsecos. A desumanização cultural direcionada à civilização inicial brasileira foi pautada por extermínio, violações e preconceito. Nossos ancestrais eram tidos como primitivos, não civilizados, preguiçosos, depravados – por andarem desnudos – dentre diversas outras formas de depreciação que foram-lhes atribuídas (MEDEIROS et al., 2016).

Como se não fosse o suficiente, as relações de trabalho, similarmente, foram impactadas mediante essa dominação. Não somente referindo-me a escravidão laboral emigrante, mas a toda uma estrutura trabalhista instaurada. O sistema de exploração, de escambo e o desenvolvimento mercantilista são alguns dos exemplos que podem ser mencionados.

Não obstante, podemos citar a imposição do catolicismo, religião monoteísta advinda da Europa, aos nossos nativos. As religiões anteriores à colonização eram politeístas, em sua maioria. Sendo assim, cultuavam mais de uma divindade, o que foi um sinal de aviltamento, barbaridade e estranhamento aos olhos portugueses. A catequização indígena forçada veio a ser mais uma das diversas heranças deixadas. A Igreja debruçou-se à vigília da comunidade e foi fortemente utilizada como ferramenta de controle social. (MIRANDA, 2003).

Da mesma forma, a umbanda surgiu como um legado deste sincretismo religioso advindo da fusão de raízes católicas, africanas e brasileiras (COSTA, 2013). Como forma de

contornar a imposição do catolicismo, os povos primários cultuavam divindades da religião cristã travestidas de suas próprias entidades, para assim, conservar e alimentar a sua fé.

Um dos maiores reflexos disso é que, mesmo atualmente, com mais de 500 anos decorridos, o Brasil segue sendo o país com uma predominância católica díspar em relação às demais cultuadas em nosso território. De acordo com dados do Censo (IBGE, 2022), o percentual de católicos é de, aproximadamente, 57% da população. A dizimação da população indígena é um outro marcador indispensável do legado europeu. Estima-se que, nos dias de hoje, habitam no Brasil, cerca de 1,7 mi de pessoas indígenas, correspondendo a 0,83% do total populacional (BRASIL – Povos Indígenas, 2024).

Além disso, as relações afetivas também foram fortemente impactadas pela presença do homem branco em solo brasileiro. Nossa povo originário dispunha de uma organização relacional fundamentada na organização tribal – bem como mencionado no tópico 2.2 – e na poligamia. Ou seja, um sistema relacional cuja configuração é dada mediante a relação de mais de duas pessoas, concomitantemente. A constituição de um casamento tido como normativo, monogâmico e a maior subdivisão das famílias também são um legado do europeu em nossa sociedade (MIRANDA, 2003). Missionários, em especial jesuítas, incentivavam a substituição das práticas matrimoniais indígenas pelos moldes monogâmicos sacramentados, associando-os à "civilização" e à adoção de comportamentos tidos como moralmente superiores.

A Igreja Católica consolidou o casamento monogâmico como a única forma legítima de união sexual e filiação, vinculando-o aos princípios morais, religiosos e jurídicos. A monogamia europeia, portanto, não era apenas uma prática afetiva, mas um instrumento regulador das relações sociais, econômicas e patrimoniais, estruturando alianças políticas, heranças e formas de controle da sexualidade. Esse modelo foi exportado como parte constitutiva do projeto colonial europeu, assumindo papel estratégico na conquista e dominação de novos territórios (JARDIM, 2010).

É válido destacar a indagação acerca do questionamento do moralismo europeu direcionado aos nativos no que tange a poligamia, o conceito de traição e esta promessa perante o Deus católico de "até que a morte nos separe". Lógica esta aplicada com intuito de firmar reinos, unificar e dominar povos e, principalmente, realizar alianças políticas, uma vez que o fundamento relacional não era baseado em afeto. A imposição de um único modelo familiar facilitava o controle sobre a reprodução social dos povos colonizados, diminuindo

sua autonomia cultural e minando redes comunitárias que poderiam servir de base para a resistência. O casamento monogâmico cristão era, assim, parte de um processo mais amplo de disciplinamento dos corpos e das relações sociais, alinhado ao ideal colonial de ordem e hierarquia (JARDIM, 2010).

### **2.3.1 - A dor invisível: a violência racista e misógina contra a mulher negra**

Embora o Brasil tenha se tornado uma nação independente em 1822, os legados do patriarcado e do machismo colonial continuam a permear as estruturas sociais e subjetivas do país. A mulher brasileira, especialmente a mulher negra, continuou a ser vista e tratada como inferior, limitada a espaços restritos dentro da sociedade, sendo esta a mais suscetível aos mais diversos tipos de violências. Isso se dá ao fato de ela estar alocada na base da pirâmide social, lidando, diariamente, com o descaso público e a precariedade de acesso aos direitos básicos, tais como o de segurança (FIGUEIREDO, 2018). Mesmo após a “suposta” abolição da escravatura, estas permaneceram às margens da sociedade, com suas identidades e corpos sendo alvos constantes das opressões masculina, social e racial.

Devido à falta de oportunidades, reinserção e reintegração dos povos libertados à comunidade, houve um grande movimento de marginalização e exclusão destes. Houve uma evasão da segurança pública, infraestrutura básica – no que diz respeito ao saneamento, por exemplo –, e acesso aos direitos básicos, assim como o de educação e segurança. Dadas as ausências de possibilidades, esses povos acomodaram-se em locais irregulares, não regulamentados e, como mencionado, à margem do meio. Quem antes era chamado de escravizado veio a ser renomeado como periférico.

Discorrendo, mais precisamente, sobre a maternidade negra, essas mães carecem de uma atenção redobrada para com seus filhos, pelo legado das marcas do racismo. (FIGUEIREDO, 2018). O cuidado de estar constantemente hipervigil, a cautela com boa aparência e a necessidade de comprovar o que carregam consigo são apenas uma pequena parcela das vastas formas articuladas de se proteger e defender em relação à sociedade. Isso se dá ao fato de que a pele negra tornou-se alvo e está constantemente associada às infrações legais.

A experiência da maternidade negra no Brasil é profundamente marcada por intersecções de raça, gênero e classe, configurando-se como um dos espaços mais reveladores

das continuidades coloniais na sociedade contemporânea. Enquanto o patriarcado naturaliza a responsabilização quase exclusiva das mulheres pelo cuidado e pela gestão emocional da família, o racismo estrutura as maneiras pelas quais as mães negras são percebidas, tratadas e apoiadas – ou, com mais frequência, não apoiadas – social e institucionalmente.

A figura da mulher negra como “forte”, resistente e sempre disponível para o trabalho, construída historicamente desde a escravização, perpetua como justificativa para a desresponsabilização do Estado e da sociedade no que diz respeito às garantia de condições dignas para que essas mulheres possam maternar. Esse ideário racista sustenta práticas de negligência pública, violências obstétricas, criminalização de suas vivências e deslegitimação de suas dores, reforçando hierarquias que atravessam gerações e moldam subjetividades de forma profunda.

Muitas mães negras encaram a maternidade como um exercício de sobrevivência, acumulando jornadas extenuantes de trabalho precarizado, cuidados domésticos e gestão emocional da família, tudo isso em ambientes marcados pela insegurança, pela precarização de infraestrutura – tais como creches, unidades de saúde e espaços de convivência (DUARTE & SPINELLI, 2019). Essa realidade não apenas evidencia a persistência de desigualdades historicamente produzidas, mas também revela como o patriarcado, o racismo e a lógica capitalista se articulam para limitar as possibilidades de existência e de autonomia dessas mulheres (SILVA, 2019). Ainda assim, é nesses territórios que emergem formas potentes de solidariedade, resistência e reinvenção da maternidade, capazes de desafiar os modelos coloniais e heteronormativos que estruturam as concepções hegemônicas de família.

### **3 - INFLUÊNCIA DA FAMÍLIA NA FORMAÇÃO DO SER HUMANO**

#### **3.1 - Construções e reformulações da família contemporânea**

Apesar da compreensão estabelecida acerca da pluralidade que há em torno da conceituação de arranjos familiares, é importante traçar uma definição para tal. Segundo Biroli (2014, p. 7), o conceito de família pode ser descrito através de:

um conjunto de normas, práticas e valores que têm seu lugar, seu tempo e uma história. É uma construção social, que vivenciamos. As normas e ações que se definem no âmbito do Estado, as relações de produção e as formas de remuneração e controle do trabalho, o âmbito da sexualidade e afetos, as representações dos papéis sociais de mulheres e homens, da infância e das relações entre adultos e crianças, assim como a delimitação do que é pessoal e privado por práticas cotidianas, discursos e normas jurídicas, incidem sobre as relações na vida doméstica e dão forma ao que reconhecemos como família. (Biroli, 2014, p. 7)

A instituição “família”, na realidade, não é algo de ordem biológica, e sim, uma construção social oriunda da necessidade do ser humano de se reproduzir, e também, o produto da relação das formas históricas de organização dos indivíduos entre si e estes com a natureza. Sendo assim, diversas formas de organização familiar foram inventadas ao decorrer da história (NARVAZ & KOLLER, 2006a). Posto isso, em um recorte temporal anterior, apenas eram consideradas famílias socialmente aceitas aquelas configuradas por pai, mãe e filho(s). Com os diversos avanços sociais, especialmente voltados às questões de gênero, somadas à maior liberdade afetiva, facilidade de divórcio e à validação da escolha de não ter filhos, por exemplo, vários rearranjos familiares emergiram e foram legitimados enquanto famílias reconhecidas, contornando o conceito normativo aplicado.

Famílias monoparentais, famílias compostas por recasamentos, famílias com e sem filhos, famílias homoafetivas<sup>4</sup> são uma pequena parcela das novas redefinições comumente vistas na atualidade e que contestam o modelo tradicional mencionado. Isso se dá, para além das lutas sociais feministas citadas anteriormente, também pelo reconhecimento e legalização do casamento entre pessoas do mesmo gênero, e pautas trazidas pela comunidade LGBTQIAPN+.

A comprovação da eficácia deste movimento, inclusive, é reforçada mediante a expansão da sigla utilizada para identificação desta abreviatura. Esta, anteriormente, contendo apenas três identificações, GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes) foi introduzida no Brasil,

<sup>4</sup> Entende-se por família homoafetiva aquela composta por um casal homossexual enquanto figuras parentais, ou seja, dois pais e/ou duas mães e seus possíveis filhos(as).

nos anos 1990, principalmente no contexto comercial, sendo utilizada para identificar espaços e produtos direcionados ao público considerado “amigável” à diversidade (PANIZA, 2020). Apesar de popular na época, o termo passou a ser criticado, uma vez que não representava as identidades de forma adequada e inclusiva e por delimitar o conceito de “simpatizantes” a um teor de cunho pejorativo.

Foi então que, a partir dos anos 2000, ela veio a ser gradualmente substituída pela sigla LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais), contendo um maior caráter político e representativo, adotada por movimentos sociais e organismos internacionais (PANIZA, 2020). Com o tempo, a sigla evoluiu para LGBTQIAPN<sup>5</sup>, incorporando outras identidades e reconhecendo a pluralidade da diversidade sexual e de gênero – abarcadas pelo símbolo matemático “+”, ratificando a ideia de expansão e inclusão.

Embora existam novas compreensões acerca da configuração de família, é válido ressaltar que ainda há uma grande responsabilização da presença da figura feminina nelas. Caso que fica mais evidente quando se trata de uma família homoafetiva ou monoparental composta por cuidadores masculinos – ao serem questionados sobre a figura “materna”, transmitindo a ideia de que um homem seria incapacitado para lidar com tal demanda. O que reforça, concomitantemente, o lugar da mulher como responsável pela família e cuidados com os descendentes, bem como retratado no capítulo anterior.

Não obstante a ênfase direcionada às novas recombinações, é evidente que as famílias ditas como tradicionais, ou heteronormativas, permanecem sendo as mais aceitas. Mesmo mediante tantas evoluções, a sociedade ainda permanece arraigada a certos preconceitos e pensamentos retrógrados e não é de se espantar ao ver casos de discriminação direcionados àqueles que fogem à regra.

### **3.2 - A família como agente primário de socialização e seu impacto no desenvolvimento emocional da criança**

Neste tópico, será explorado o papel da família na socialização e os efeitos desta no desenvolvimento emocional da criança, analisando diferentes dinâmicas familiares e os possíveis desafios enfrentados por crianças que crescem em ambientes desfavoráveis. A família, por ser o primeiro sujeito de contato de interação humana dos recém-nascidos, –

---

<sup>5</sup> As demais letras não citadas correspondem, respectivamente, às identidades: *queer*, intersexo, assexuais, pansexuais e não-binários (SEPULVEDA et al., 2021).

independente de sua constituição – é a maior responsável por intermediar sua exposição com o meio social, proporcionando-lhe suas interações sociais primárias.

De acordo com Papero (1998, p. 72), “seus membros acham-se ligados uns aos outros de tal maneira que o funcionamento de cada um deles automaticamente afeta o dos demais”. Além disso, estão diretamente relacionadas à sua construção de identidade, distribuição de papéis, transmissão de valores, entre outros aspectos (FOUCAULT, 2014 apud CAMPOS, 2017). Portanto, estabelecer uma relação saudável e presente dos genitores para com seus filhos é indispensável, sobretudo, nessa fase inicial do desenvolvimento humano.

Essas interações primárias influenciam diretamente a personalidade e o desenvolvimento emocional da criança, moldando sua capacidade de lidar com as próprias emoções e com os outros ao seu redor. A qualidade das relações familiares, a forma com a qual os pais ou cuidadores lidam com situações de estresse, como expressam amor – e os demais sentimentos e emoções – e apoio têm um impacto significativo na construção da autoestima, confiança, habilidades e compreensões emocionais da criança.

Não somente modelam, como também, de uma forma literal, ensinam às suas crianças a como se comportar, sentir, lidar com questões de frustração, intercorrências e quebras de expectativas, por exemplo. O que pode estar pautado ainda em raízes machistas e patriarcas, visto que temos falas como "o homem não pode chorar" – e outras citadas anteriormente –, que categorizam-se como exemplos clássicos dessa internalização desses comportamentos introjetados. Quando a criança não dispõe de uma interação suficientemente satisfatória das suas demandas emocionais, sentimentos negativos podem ser desenvolvidos nela, tais como angústia, exagerada necessidade de amor, fortes sentimentos de vingança e, consequentemente, culpa e depressão (BÖING & CREPALDI, 2004).

Como mencionado, o impacto da família no desenvolvimento emocional da criança é profundo e multifacetado. A teoria do apego, cunhada por Bowlby (1989), aponta que um ambiente familiar acolhedor e seguro favorece, consequentemente, o desenvolvimento de um apego seguro. Esta construção é fundamental para satisfatórias formações da autoestima e regulação emocional da criança. Além disso, a maneira através da qual os adultos lidam com conflitos, frustrações e emoções também modula à criança a como gerenciar suas próprias reações emocionais. Assim, influenciando sua capacidade de resolver problemas e lidar com sentimentos como medo, raiva e tristeza (ADORIAN et al., 2024).

Assim como ocorre em casos nos quais os genitores se separam, interrompendo assim, a relação do casal conjugal. Dessa forma, acontece também uma cisão de divórcio com os filhos, acarretando-lhes possíveis problemas emocionais e culpabilização destes acerca do divórcio dos pais (MILANEZ et al., 2019). Nestas situações, a forma com a qual ocorrido será transmitido à criança demanda certo tato e acolhimento, visto que é um momento de mudanças de vida significativas e de uma maior vulnerabilidade, também, dos próprios cuidadores. Desta maneira, especialmente quando trata-se de ser uma criança pequena – na primeira ou segunda infância –, muito será internalizado por ela do rompimento de seus pais, por mais inconsciente que seja.

Logo cabe aos adultos saber como demonstrarão as emoções para os pequenos, bem como o que irão ou não expor – por exemplo, ter o cuidado de não brigar na presença dos filhos, acolher seus sentimentos, medos e receios, entre outros. Ademais, a cautela de como falar sobre o(a) parceiro(a) para a criança ou mesmo perto dela também é importante para que os sentimentos vindos de uma ruptura de casal não interfiram na relação parental de uma das partes para com o(a) filho(a).

À medida que os pais e/ou cuidadores oferecem apoio emocional, carinho e validação, a criança tende a se sentir mais segura e capaz de enfrentar os desafios que, porventura, surgirão em seu caminho. Em contrapartida, pessoas com características de apego inseguro apresentam maior propensão de desenvolver conflito conjugal e baixa qualidade do relacionamento amoroso, por sua vez (BECKER & CREPALDI, 2019). Abrangendo mais amplamente os impactos do apego sobre os indivíduos, foi implementado o conceito de que o apego desenvolvido na infância têm a tendência de se manter e ser reproduzido em relações futuras, uma vez que as pessoas estão propensas a se submeterem em relacionamentos nos quais o modelo que lhes fora estruturado a priori seja reforçado (SPERLING & BERMAN, 1994 apud DALBEM & DELL'AGLIO, 2005).

## **4 - DISCUSSÕES SOBRE GÊNERO E PRÁTICAS NA DINÂMICA FAMILIAR: valores, crenças, regras**

### **4.1 -Transmissão geracional na prática familiar**

A construção de uma família é atravessada por um compilado de marcadores, tais como a criação, meio no qual vivem, valores, ideais, lutos, regras familiares, projeções, expectativas, histórias de vida, cultura, dentre diversos outros. Ela inicia-se, primeiramente, com a escolha do par amoroso e discorre sobre o desejo do casal de ter filhos ou não, as divisões de tarefas e responsabilidades dentro do lar no qual habitam, por exemplo.

Tendo em vista que todos os indivíduos possuem sua própria narrativa – única e singular –, é interessante debruçarmo-nos acerca dos processos de heranças e transmissões familiares. Inevitavelmente, parte da identidade de cada sujeito está relacionada à estrutura de sua família, a qual se dá mediante o legado familiar, ou seja, do que é transmitido de pais e mães para filhos(as), como valores e crenças. Tal fenômeno pode ser compreendido por transgeracionalidade (BOTTOM, 2015).

Nesse sistema transgeracional há, inclusive, uma tendência de repetição de vínculos anteriores – denominada édipo parental – na qual são reproduzidas na geração atual, padrões apresentados em um primeiro momento, somados às reinvenções e adaptações educacionais que os cuidadores almejam para seus descendentes. Segundo estudos, o que faz com que tais práticas permaneçam enraizadas no sistema familiar, atravessando gerações, é a falta de comunicação adequada e efetiva entre os indivíduos (FÉRES-CARNEIRO, 2001).

Com isso, há um aprendizado através do exemplo e da observação mesmo que inconsciente do que os cuidadores próximos vivem e realizam. No que tange a falta de comunicação, muito se dá por conta da aceitação do que se foi aprendido, não tendo um incentivo para questionar o que pode não ser saudável, por exemplo. Sendo assim, muitas famílias que vêm de origens machistas desde seus antepassados podem seguir com esse pensamento por ver o que a família passa como uma verdade absoluta e por ser um padrão estabelecido e consolidado.

Além disso, outro fator que podemos citar para justificar a permanência dessas crenças e valores de forma geracional é o chamado “viés de confirmação”. Este conceito parte do princípio de que, quando certa pessoa tem uma crença enraizada em sua mente, ela tende a

buscar e, principalmente, aceitar apenas aquilo que for de acordo com esse fato. Dessa forma, ela acaba por somente escutar aquilo que deseja e descarta quaisquer outros tipos de informação, de forma a ser mais confortável para ela própria e mais familiar (OSWALD, 2004).

Dando continuidade à pauta em questão, muito se discute sobre a ausência paterna que atravessa gerações. De acordo com a pesquisa realizada por Perucchi (2007), as famílias chefiadas somente por mulheres expandiram-se de forma expressiva nos últimos anos. Fato esse possivelmente fundamentado pelo absentismo do compromisso paterno de arcar com a responsabilidade da criação. Estima-se que, aproximadamente, 5 milhões de crianças não possuem, sequer, o nome do pai em suas certidões de nascimento, segundo dados do Conselho Nacional de Justiça do ano de 2010. Se em 2009 este já era o perfil apresentado, quais são as perspectivas para 2025, ou seja, 16 anos depois? Acredito que um fatídico dado seja capaz, mesmo que em poucas palavras, de sintetizar, de forma íntegra, a proposta do que foi analisado pela construção do ideário parental masculino.

A culpa e a sobrecarga femininas sofridas pelo abandono parental fazem com que haja um sistema de supercompensação destas mães para com seus filhos (BÖING & CREPALDI, 2004). Analisando o recorte que mais comumente é afetado por esse descaso parental, a amostra é, em sua maioria, de mulheres pretas e periféricas, sem rede de apoio ampla, que possuem jornadas extensivas de trabalho, somadas à distância deste em relação às suas residências. Além disso, nesses casos, há sempre uma cobrança de a mãe “dar conta” de criar os filhos, mesmo que sem um parceiro presente.

Todavia, tratando-se do caso oposto de um pai solo, geralmente, o questionamento se dá acerca da presença de uma figura materna, visto que, como citado anteriormente neste trabalho, há uma tendência de crença na incapacidade masculina de tal demanda. Ademais, há ainda uma tendência à culpabilização da mãe quando a mesma é deixada pelo cônjuge, sendo mais um exemplo nítido da responsabilização exacerbada e do machismo visto, vivido e entranhado na sociedade em que vivemos. A ausência masculina/paterna faz com que recaia à figura feminina toda a culpa pela sua falta de presença.

#### 4.2 - O papel da mãe na manutenção do machismo cultural e suas controvérsias

Muito se discute sobre a forma com a qual o machismo – como o próprio nome sugere – seria algo intrínseco e unicamente reproduzido, retroalimentado e cultivado pelo universo masculino. De fato, não pode-se descartar, de modo algum, a figura do homem como centralizador dentro desse sistema de opressão. Afinal, estes são os mais expressos precursores dessa forma de violência.

Entretanto, o ponto que será abordado é de que forma a mulher poderia, possivelmente, corroborar essa estrutura de dominação patriarcal. Posto isso, é possível identificar a presença de uma dinâmica de retroalimentação dentro desse subsistema, muito evidente em casais heteronormativos e as ditas “famílias tradicionais”, sendo estas compostas por pai, mãe e um casal de filhos de sexos distintos, comumente.

No escopo familiar mencionado no tópico 2.1.1. deste trabalho, não é de se causar estranhamento quando podemos observar mães constantemente delegando grande parte, senão a maior, dos afazeres domésticos às filhas em detrimento de seus filhos. O principal questionamento trazido é sobre o motivo pelo qual esse padrão permanece, mesmo sabendo que são, teoricamente, advindos dos seus maridos, os quais possuem exatamente esse comportamento de abstenção, que as mães e esposas tanto lamuriam – e calham por reproduzir o mesmo com seus descendentes.

Embora sejam papéis igualmente importantes e distintos, o conceito de “parentalidade” é associado somente à “maternidade”. Isso ocorre devido à figura materna, historicamente, ter sido implícita e explicitamente incumbida como única responsável pelos cuidados de seus descendentes, sem que houvesse tanta correlação do pai à essa função. Por este e outros motivos, a culpa direcionada aos erros, falhas e desvios da criação dos seus recaía ao colo feminino. Dessa forma, novamente, é estabelecida uma relação de corroboração do papel da mulher como centralizadora e eximindo a paternidade de suas atribuições e obrigações enquanto também cuidador.

Essa controvérsia é intensificada quando observamos que a figura materna é responsabilizada pela formação moral e emocional dos filhos, enquanto o pai permanece em posição de complementaridade eventual, frequentemente, elogiado quando cumpre o mínimo esperado. Esta assimetria revela a naturalização da maternidade e a voluntarização da paternidade, sustentando a crença de que o cuidado é um atributo instintivo da mulher,

entretanto opcional para o homem (NARVAZ & KOLLER, 2006a). Ao serem socializadas nesse sistema, muitas mães internalizam a ideia de que somente elas sabem fazer “do jeito certo”, o que, embora seja uma forma de resistência diante da ausência paterna, contribui involuntariamente para reafirmação da exclusão masculina do cotidiano da criação dos descendentes e participação efetiva das demandas do lar.

Ainda sobre o que tange à realização correta de determinadas atividades, há um termo que aborda e explica essa delegação dos afazeres domésticos, comumente, às mulheres. Dito isso, recentemente, deparei-me com o termo “incompetência performada”, o qual muito se aplica à temática abordada neste subtópico. Segundo Hana Khalil (2025), cineasta, comunicadora social e influenciadora, – cujo conteúdo é mais direcionado às pautas feministas e de gênero – esta expressão é cunhada pela má realização de atividades básicas, majoritariamente pelo público masculino, com o intuito de um terceiro assumí-la.

Como o próprio nome sugere, o ato destacado é designado pela performance estratégica de uma suposta incompetência a respeito de uma tarefa básica solicitada, a fim de gerar, majoritariamente, em figuras femininas, um sentimento de revolta e inquietação. Consequentemente, elas assumem a tal solicitação e concluem o ato (KHALIL, 2025). Dessa forma, a demanda anteriormente a ele solicitada, mais uma vez, recai sobre mãos femininas – reforçando o estereótipo de que pessoas do sexo feminino desempenham com mais primor e capricho os feitos domésticos os quais foram introjetados ao decorrer dos séculos.

Isso se encaixa ao conceito de “profecia autorrealizadora”. Ele indica que uma pessoa, por ter vivenciado determinado trauma e, por consequência, desenvolvido uma defesa internalizada, acaba por gerar a situação temida (FERNANDES CARVALHO *et al*, 2018). Ou seja, a figura materna por possuir essa resistência à participação da figura paterna, uma vez que foi ensinada dessa forma, acaba por tomar as rédeas dos cuidados domésticos e das crianças. Assim, gerando tal sobrecarga.

Dessa maneira, é possível observar a existência de um ciclo que se retroalimenta ao longo do tempo e das gerações, ainda que através do inconsciente de quem o pratica. Ambas as dinâmicas citadas acima complementam-se na ideia concebida de que o homem não seria capaz de arcar com certas tarefas, fazendo com que as mulheres assumam-nas e estas, por sua vez, “tomam a frente” por terem visto esse padrão na sua vivência.

No que tange a questão de cuidado inerente à figura materna e/ou da mulher, um dos mais enfáticos exemplos que embasa esta constatação é a de que pessoas do sexo feminino,

normalmente, ocupam cargos relacionados à posições de cuidado. Professoras – especialmente de níveis pré-escolares e fundamental –, babás, faxineiras, diaristas, cozinheiras e as demais profissões relacionadas ao lar são executadas e lideradas, de modo discrepantemente desigual, por mulheres. Dessa forma, novamente, reforçando o lugar e o papel femininos como centralizador de demandas afetivas e da casa e desviando a participação masculina para tais implicações.

Inserida nesse cenário, a dinâmica de exigência dirigida à mulher é intensificada por expectativas sociais que a posicionam como sujeito polivalente e emocionalmente incansável. De acordo com Guimarães e Hirata (2021), destaca-se que o acúmulo de papéis atribuídos à figura materna opera como mecanismo de controle social, reforçando a ideia de que ela deve funcionar “por tudo e por todos”, sem que haja reciprocidade ou reconhecimento proporcional. A cultura exige que a mulher seja a mesma que absolve o homem da responsabilidade parental, reduzindo sua participação ao gesto simbólico de “ajudar”. Essa ideia, que transforma a paternidade em ato voluntário e não intrínseco, se sustenta historicamente na ausência paterna em múltiplos níveis: físico, emocional, afetivo e prático.

Desse modo, consolida-se uma lógica relacional que privilegia a vantagem e a competição – traços estruturantes do patriarcado – em detrimento da cooperação e da corresponsabilidade. Tais práticas contribuem para a manutenção de um sistema que cristaliza desigualdades sob o véu da normalidade.

A contradição que emerge é profunda: enquanto se cobra da mulher um desempenho quase sobre-humano, o pai ocupa uma posição periférica cujas falhas são constantemente relativizadas. Essa lógica, ancorada em raízes coloniais e patriarcais, distribui de forma desigual afeto, tempo e valor social aos papéis parentais, dificultando rupturas e mantendo a mulher como suporte central do funcionamento familiar – ainda que esse suporte seja construído às custas de sua saúde física, emocional e subjetiva.

O cerne da questão é que a mulher, porventura, acaba por reproduzir uma violência que lhe é aplicada, explicando o motivo pelo qual há essa rixa comumente presente entre mães e filhas (MINAYO, 2005). Somado a esse ponto, existe uma sobrecarga feminina que exaure a mulher desde criança e que a consome e persegue em todos os âmbitos que a tangenciam. Quando crianças, escutam sobre como se portar, com o que e com quem devem brincar. Posteriormente, em uma fase pouco mais avançada, evolui para uma repressão sexual de seus corpos, no que diz respeito à autodescoberta, às mudanças físicas – decorrentes da

puberdade – que as acometem, às escolhas de parceiros(as) sexuais e, por fim, culminam na cobrança pelo casamento e maternidade.

Maternidade esta que, quando concretizada, sofre de diversas interferências e invalidações ao longo do seu processo. Comentários sobre a idade da mulher em seu período gestacional, opiniões sobre nome dos filhos e criação deles, comentários sobre seus corpos, teorias e argumentações pautadas em senso comum e experiências pessoais acerca da escolha do parto são algumas das invasões vivenciadas por elas.

Devido a esse e aos demais fatores, muitas mulheres, atualmente, repensam a maternidade. No entanto, quando optam por segui-la, muitas vezes, enfrentam diversos dilemas, principalmente, relacionados a dicotomia “trabalho x maternidade”. A abdicação da maternidade ou a “negligência” materna em prol do alavancamento profissional é uma dura realidade vivenciada pelas mulheres (ROCHA-COUTINHO, 2011). Além disso, vê-se também uma recepção diferente de pessoas quando uma mãe começa a retomar suas atividades após o nascimento de um bebê para quando um pai faz o mesmo.

Outro caso em que essa disparidade entra em evidência é com relação a um processo de divórcio quando o pai entra em um novo relacionamento para quando a mãe segue com sua vida amorosa e relacional. A figura feminina tende a ser consideravelmente mais questionada acerca de como lidar com os filhos, ou de como criará seus filhos estando em uma relação distinta da de origem de suas crianças.

Ademais, a violência simbólica que atravessa essas relações não opera pela cooperação, mas pela vantagem e pela competição: quem se sacrifica mais? Quem merece descanso? Quem pode errar? A lógica competitiva, e não colaborativa, produz ressentimentos silenciosos e sustenta o ciclo de desigualdade, reforçando uma estrutura na qual a mulher é cobrada como eixo central do cuidado familiar sem ter, entretanto, apoio material, emocional e/ou institucional suficientes para cumprir tais exigências.

Dito isso, a proposição do uso do termo “controvérsia” no título desse tópico – apesar de polêmica – era de, justamente, trazer a provocação acerca de qual seria o papel da mulher nesse sistema. Sendo assim, o que pode-se depreender a partir da discussão e levantamento de pontos apresentados é que, na realidade, a mulher é somente mais uma vítima da repercussão provocada por essa violência, e não, uma das causadoras.

#### **4.3 - Efeitos do atravessamento do machismo e patriarcado na criação dos filhos**

Diante do que foi abordado ao decorrer do trabalho e com o intuito de tecer uma breve conclusão acerca das consequências desta estrutura e criação patriarcais, temos como resultado, principalmente, os impactos na criança. Dentre eles, podemos citar – como visto em capítulos anteriores – um exemplo clássico e comumente presenciado que é o de que os meninos não devam chorar. Esta prática comum – expressa em frases do tipo “engole o choro”, “seja homem”, ou “homem não sente medo” impede o desenvolvimento da inteligência emocional e a expressão saudável dos afetos. Ao passo que as meninas são, frequentemente, autorizadas – ou até incentivadas – a chorar, reforçando o estereótipo de fragilidade feminina e a ideia de que suas emoções são menos legítimas ou menos racionais.

O sujeito que veio a ser tolhido dos aparatos afetivos necessários em um momento primário tende, de uma forma desmedida, receber o que não obteve durante a infância. Tal repressão pode resultar, na vida adulta, em indivíduos com dificuldades de reconhecer e comunicar suas emoções, o que, consequentemente, aumenta a probabilidade de comportamentos agressivos, irresponsabilidade, de serem emocionalmente distantes, dotados de ciúmes excessivos, inseguranças, baixa autoestima, e, por fim, culminar em relacionamentos amorosos abusivos e/ou imaturos. (MONTEOLIVA, 1990).

Bem como foi mencionado em momentos precedentes, a violência familiar, todavia, não é fruto de falhas morais ou comportamentais isoladas, mas sim, de sistemas de opressão que atravessam gerações e moldam subjetividades. Como aponta Daniel Stern (1985), a criança se constitui, em grande medida, pela observação das relações primárias, especialmente das interações entre as figuras parentais.

Sendo assim, a reprodução de padrões de criação marcados pelo patriarcado e pelo machismo configura um processo transgeracional de transmissão psíquica e simbólica que sustenta ciclos de violência no interior das famílias. Esse fenômeno, amplamente discutido por autores como Bourdieu (1999) e Saffioti (2004), aponta que a família funciona como um dos principais espaços de legitimação das hierarquias de gênero, naturalizando práticas que, embora violentas, são vivenciadas como “normais”. Assim, a criança cresce observando e internalizando uma lógica relacional na qual o poder masculino é central, rígido e inflexível, o

que se converte, posteriormente, em padrões comportamentais repetidos nas relações afetivas e parentais que ela virá a estabelecer, somadas à repressão emocional.

A violência vivenciada no ambiente familiar – seja ela física, psicológica, moral, sexual ou simbólica – opera como matriz de aprendizado emocional e relacional. Segundo Alice Miller (1997), a criança que presencia violência, mesmo quando não é alvo direto, incorpora em seu psiquismo a mensagem de que a agressão é um meio legítimo de regulação de conflitos. Dessa forma, comportamentos autoritários, humilhantes ou controladores não são percebidos como abusivos, mas como elementos intrínsecos da dinâmica familiar. Desse modo, o padrão de violência torna-se cíclico e retroalimentado: aquilo que foi vivido como “cuidado”, “disciplina” ou “amor” torna-se o roteiro para relações na vida adulta.

A literatura feminista interseccional, representada por autoras como bell hooks (2015), Patricia Hill Collins (2009) e Grada Kilomba (2019), contribui para uma leitura mais ampla desses padrões, ao demonstrar que a reprodução da violência está profundamente marcada por raça e classe. Em famílias negras e periféricas, a violência não é apenas doméstica: ela é também estrutural, produzida por um Estado historicamente racista e desigual. Esse contexto intensifica o impacto da violência patriarcal na infância, pois crianças crescem não apenas testemunhando relações desiguais, mas também vivenciando insegurança, racismo cotidiano e ausência de políticas de proteção. Assim, o padrão de criação violento se inscreve em um cenário ainda mais opressivo, reforçando a necessidade de abordagens psicológicas que contextualizem a sua prática às desigualdades sociais.

Por fim, compreender essas relações de reprodução de violência e hierarquia de gênero implica reconhecer que a mudança não ocorre apenas no plano individual, mas também no plano estrutural. A Psicologia, especialmente em sua vertente clínica, deve considerar que a desconstrução desses padrões carece de práticas parentais mais democráticas, intervenções terapêuticas que promovam a elaboração do trauma e políticas públicas que enfrentem a desigualdade de gênero de forma sistemática. Somente assim será possível interromper a transmissão transgeracional da violência e construir novos modelos de criação que favoreçam autonomia, dignidade e desenvolvimento emocional saudável.

## 5- CONCLUSÃO

Tendo em vista os argumentos expostos e utilizados para embasar a escrita deste artigo, pode-se concluir, portanto, que a análise dos atravessamentos e da perpetuação do patriarcado e do machismo nas relações parentais evidencia que tais estruturas não são dadas enquanto eventos isolados, mas sim, resultados históricos e socioculturais que moldam as dinâmicas familiares e as subjetividades de cada indivíduo. A compreensão dos conceitos de gênero, cultura e patriarcado demonstra que esses elementos operam de forma interligada, influenciando comportamentos e expectativas sociais que, muitas vezes, naturalizam desigualdades. Assim, a discussão apresentada ao longo do trabalho reforça que o patriarcado permanece como uma força estrutural que sustenta práticas discriminatórias e define posições de poder dentro da família, além de impactar fortemente a construção emocional de seus descendentes.

Por sua vez, a análise do papel do homem europeu na formação social brasileira e seus efeitos persistentes da colonização revelou que o modelo patriarcal imposto durante esse processo enraizou-se profundamente nas instituições sociais, sobretudo na família. Essa herança colonial influenciou padrões de masculinidade, feminilidade e autoridade, contribuindo para a reprodução de relações assimétricas entre homens e mulheres. A sociedade brasileira, marcada por hierarquias de raça, gênero e classe, segue reproduzindo lógicas coloniais as quais impactam as estruturas parentais e legitimam práticas machistas nas relações familiares.

Outro ponto de destaque deste estudo foi a reflexão sobre a violência racial e misógina que atinge de maneira específica a mulher negra. A invisibilização da dor, articulada a uma sociedade estruturalmente racista, evidencia que o patriarcado opera de forma ainda mais opressiva quando associado ao racismo. A mulher negra enfrenta, nos âmbitos familiar e social, camadas sobrepostas de violações que configuram um cenário de vulnerabilidade persistente. O reconhecimento desse fenômeno reafirma a necessidade de reconhecer e combater as múltiplas formas de opressão que se entrecruzam nas relações parentais e sociais.

Já a investigação acerca da influência da família na formação humana permitiu-nos compreender sobre a potência deste núcleo como agente primário de socialização. Ela atua nas construções emocional, afetiva e comportamental da criança, transmitindo, de forma

consciente ou não, valores, crenças, regras e práticas sociais as quais lapidam sua visão de mundo e constroem padrões relacionais. Nesse sentido, a presença de valores patriarcais no cotidiano familiar tem impacto significativo na formação das identidades de gênero, na naturalização de desigualdades, distanciamento emocional, dentre outros, contribuindo para a continuidade de padrões comportamentais que reforçam a hierarquia masculina.

Outrossim, pode-se depreender que a transmissão de valores patriarcais nas práticas cotidianas da família possui raízes profundas para o desenvolvimento emocional das crianças e para a estrutura social como um todo. Ao reproduzir modelos machistas e assimétricos de relação, perpetuam-se ciclos de desigualdade que afetam gerações. Assim, torna-se imprescindível repensar as práticas parentais e promover uma educação baseada na equidade de gênero, no respeito, na educação socioemocional e na desconstrução de padrões discriminatórios. Somente por meio desse movimento é possível vislumbrar uma sociedade mais justa, capaz de romper com as amarras históricas do patriarcado e construir novas formas de convivência que valorizem a dignidade e a pluralidade humana.

Por fim, dadas as considerações e análises acerca do tema abordado, é crucial destacar a importância da realização do trabalho e acompanhamento psicoterapêuticos no processo de desconstrução. A terapia desempenha papel fundamental no rompimento de padrões relacionais e afetivos internalizados ao longo da vida, principalmente, aqueles derivados de dinâmicas familiares. Ao oferecer um espaço seguro, ético e acolhedor, a psicoterapia viabiliza que o indivíduo revisite suas experiências primárias, identifique crenças limitantes e reconheça como tais padrões influenciam em seus vínculos atuais – e vida, de uma maneira mais ampla. Por intermédio da escuta ativa, qualificada e da elaboração emocional, a terapia favorece o desenvolvimento de consciência crítica, autonomia afetiva e novas formas de relacionar-se consigo, com o mundo e com o outro. Assim, a clínica psicológica configura-se como um instrumento de emancipação subjetiva, capaz de interromper ciclos transgeracionais de opressão e violações e promover modos mais saudáveis, funcionais e autênticos de viver e construir relações e novas narrativas.

## 6- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORIAN, R. T. L. et al. Teoria do apego. *Revista Cathedral*, v. 6, n. 2, p. 103-122, 2024. Disponível em: <http://cathedral.ojs.galoa.com.br/index.php/cathedral/article/view/777>. Acesso em: 20 nov. 2025

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/b7Z47VbMMmvPQwWhbHfdkpr/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2025.

BALBINOTTI, I. A violência contra a mulher como expressão do patriarcado e do machismo. *Revista da ESMESC*, [S. l.], v. 25, n. 31, p. 239–264, 2018. DOI: 10.14295/revistadaesmesc.v25i31.p239. Disponível em: <https://esmesc.emnuvens.com.br/re/article/view/191/165>. Acesso em: 25 out. 2024.

BECKER, Ana Paula Sesti; CREPALDI, Maria Aparecida. O apego desenvolvido na infância e o relacionamento conjugal e parental: Uma revisão da literatura. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, v. 19, n. 1, p. 238-260, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4518/451859860014/451859860014.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2025.

BIROLI, Flávia. *Família: novos conceitos*. SP: Fundação Perseu Abramo, 2014. Disponível em: <https://redept.org/uploads/biblioteca/colecaoquesaber-05-com-capa.pdf>. Acesso em: 22 out. 2024.

BÖING, Elisângela; CREPALDI, Maria Aparecida. Os efeitos do abandono para o desenvolvimento psicológico de bebês e a maternagem como fator de proteção. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, v. 21, p. 211-226, 2004. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v24n1/v24n1a07.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOTTON, A. et al. Os Papéis Parentais nas Famílias: Analisando Aspectos Transgeracionais e de Gênero. *Psico-USF*, v.20, n. 3, p. 517-526, 2015. Disponível em: [https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9252/2/Os\\_papeis\\_parentais\\_nas\\_familias\\_analisando\\_aspectos\\_transgeracionais\\_e\\_de\\_genero.pdf](https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9252/2/Os_papeis_parentais_nas_familias_analisando_aspectos_transgeracionais_e_de_genero.pdf). Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. *Provimento n. 12, de 06 de agosto de 2010*. Disponível em: [https://atos.cnj.jus.br/files/provimento/provimento\\_12\\_06082010\\_26102012174319.pdf](https://atos.cnj.jus.br/files/provimento/provimento_12_06082010_26102012174319.pdf). Acesso em: 30 out. 2025.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. IBGE divulga novos dados do Censo Indígena de 2022. *Brasília*, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/povosindigenas/pt-br/assuntos/noticias/2024/10/ibge-divulga-novos-dados-do-censo-indigena-de-2022>. Acesso em: 22 nov. 2025

CAMPOS, M. T. A. et al. Socialização, gênero e família: uma revisão integrativa da literatura científica. *Pensando fam.* vol.21 no.1 Porto Alegre, 2017. Disponível em: [https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494X2017000100012&script=sci\\_arttext](https://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-494X2017000100012&script=sci_arttext). Acesso em: 17 out. 2025.

COLLINS, Patricia Hill. *Black feminist thought*. New York: Routledge, 2009.

COSTA, Hulda Silva Cedro Da. Umbanda, uma religião sincrética e brasileira. Dissertação (Mestrado) – PUC Goiás, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/758>. Acesso em: 24 nov. 2025.

COSTA, Liana Fortunato. A perspectiva sistêmica para a Clínica da Família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 26, n. 2, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/hH3DDqjySX3GHXgYG7tJwZD/?lang=pt#>. Acesso em: 09 nov. 2024.

DALBEM, Juliana Xavier; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. **Arquivos brasileiros de psicologia**, v. 57, n. 1, p. 12-24, 2005. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2290/229017444003.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

DO CARMO, C. M. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 64, p. 201-203, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rieb/a/gjKScQCrZpKtyM6mHz7S38g/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 nov. 2025.

DOURADOS, I. Produção e reprodução indígena: o vir e o porvir na reserva de Dourados/MS. *Campo-território: revista de geografia agrária*, v. 5, n. 9, p. 203-236, 2010. Disponível em: file:///C:/Users/Maria%20Gorini/Downloads/admin,+C+-+T-2009-243%20(4).pdf. Acesso em: 18 set. 2025.

DUARTE, Giovana; SPINELLI, Letícia Machado. Estereótipos de gênero, divisão sexual do trabalho e dupla jornada. *Revista Sociais e Humanas*, v. 32, n. 2, p. 126-146, 2019. Disponível em: file:///C:/Users/Maria%20Gorini/Downloads/36316-195877-1-PB%20(1).pdf. Acesso em: 11 nov. 2025.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Casal e família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia**. 1. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011. ISBN 978-85-8040-057-1.

FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. **Casamento e família: do social à clínica**. 1. ed. Rio de Janeiro: NAU Editora, 2001. ISBN 85-85936-42-8.

FERNANDES CARVALHO, Pablo Stuart *et al.* **A profecia autorrealizadora sob a óptica da Análise do comportamento**. In: Anais da Universidad Veracruzana, 2018. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.redalyc.org/journal/2745/274558118025/274558118025.pdf> Acesso em: 25 nov. 2025.

FERREIRA, Carolina costa. Vozes de uma dor sem nome: necropolítica e maternidade no Brasil. *Revista Direito e Práxis*, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/Fs4pDm66n4dqXfXJrZqQS7R/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 29 out. 2025.

FIGUEIREDO, Ângela. Perspectivas e contribuições das organizações de mulheres negras e feministas negras contra o racismo e o sexism na sociedade brasileira. *Revista Direito e Práxis*, v. .9, n. 02, p. 1080-1099, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/WFgLzfG77DN7xhh8MLsHMvb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2025.

GUIMARÃES, Nadya Araujo; HIRATA, Helena Sumiko. A mulher na sociedade de classes: inspirações e impactos internacionais. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, p. e71394, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/NYJLfvTy75xHxTPM7RQhwR/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 25 nov. 2025.

HOOKS, bell. *O feminismo é para todo mundo*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2015.

IBGE. Coordenação Técnica do Censo Demográfico – CTDReligiões. *Censo e Religião: um século e meio – resultados preliminares da amostra*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: [https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com\\_mediaibge/arquivos/3f1708b5d315aca50d5a7d8764469c45.pdf](https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/3f1708b5d315aca50d5a7d8764469c45.pdf). Acesso em: 22 nov. 2025.

JARDIM, Rejane Barreto. Sistemas rituais do processo matrimonial no medievo europeu ou sistemas generificados de controle social (Ritual systems of the marriage process in medieval Europe or gendered systems of social control). *Cadernos de História*, Belo Horizonte, v. 11, n. 14, p. 62–78, 2010. DOI: 10.5752/P.2237-8871.2010v11n14p62. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/cadernoshistoria/article/view/P.2237-8871.2010v11n14p62>. Acesso em: 24 nov. 2025.

KHALIL, Hana. TikTok, 2025. 1 vídeo (02:41). Disponível em: <https://vm.tiktok.com/ZMAUGT732/>. Acesso em: 13 set. 2025.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. São Paulo: Cobogó, 2019.

LEONE, Eugenia Troncoso; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical. In: SORJ, B. (org). *O novo feminismo no Brasil*. Fundação Perseu Abramo, 2010. Disponível em: [https://d1wqxts1xzle7.cloudfront.net/80529355/2243-libre.pdf?1644421303=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DAs\\_mulheres\\_no\\_mercado\\_de\\_trabalho\\_e\\_na.pdf&Expires=1763412099&Signature=D1mDcXuR-0piejuQflQKPYDxPvOEW2o9wtg2uIgIXiErYUCmRVKTqezJFCjx5isJkSOfabHoCN1Ej~lYsZCXChIdfTsriHd~7F00jRhHIXqGEhPdcL2a6JdDsutxhHFCEfib3PeTBigdYXFfb4zhYPjwUS5qt7aj26NhFc6zcDfJXZNAGN-aUt5DxiPQiZOgZB8vO1Sl0-80J7Oa~u8VFP2kimv2eqqzxMT17Si-6ljA5~TibhrTadReWoqZaVQxJ7zpVzsJFKINFSOOMwI-A~rw0AuWKvaK1IxdyKTL4PG8Aqx0S676WyQowOhz-ks7TBfgqJfKghHXtRYErpTUSA\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqxts1xzle7.cloudfront.net/80529355/2243-libre.pdf?1644421303=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DAs_mulheres_no_mercado_de_trabalho_e_na.pdf&Expires=1763412099&Signature=D1mDcXuR-0piejuQflQKPYDxPvOEW2o9wtg2uIgIXiErYUCmRVKTqezJFCjx5isJkSOfabHoCN1Ej~lYsZCXChIdfTsriHd~7F00jRhHIXqGEhPdcL2a6JdDsutxhHFCEfib3PeTBigdYXFfb4zhYPjwUS5qt7aj26NhFc6zcDfJXZNAGN-aUt5DxiPQiZOgZB8vO1Sl0-80J7Oa~u8VFP2kimv2eqqzxMT17Si-6ljA5~TibhrTadReWoqZaVQxJ7zpVzsJFKINFSOOMwI-A~rw0AuWKvaK1IxdyKTL4PG8Aqx0S676WyQowOhz-ks7TBfgqJfKghHXtRYErpTUSA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA). Acesso em: 17 nov. 2025.

MEDEIROS, J. L. et al. O processo de colonização português no brasil e seus reflexos na educação, cultura, família e sexualidade. *UFC*, 2016. Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52714/1/2016\\_eve\\_jl%20medeiros.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/52714/1/2016_eve_jl%20medeiros.pdf). Acesso em: 15 set. 2025.

MENEZES DE ALMEIDA, L.; ALVES BELO, J. Estudo Sobre as Diferenças no Comportamento entre Homens e Mulheres sob a Perspectiva Biológica e Social. *Intrépido: Iniciação Científica*, [S. l.], v. 2, n. 2, 2024. Disponível em: <https://periodicos.famig.edu.br/index.php/intrepido/article/view/510>. Acesso em: 2 out. 2025.

MILANEZ et al., C. M. O funcionamento familiar na saúde emocional e psicológica de crianças e adolescentes / Family functioning in the emotional and psychological health of children and adolescents. ID on line. *Revista de psicologia*, [S. l.], v. 13, n. 47, p. 1–16, 2019.

DOI: 10.14295/ideonline.v13i47.1905. Disponível em: <https://ideonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1905>. Acesso em: 20 nov. 2025.

MILLER, Alice. *O drama da criança bem dotada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

MINAYO, M. C. S. Laços perigosos entre machismo e violência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 2005. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/csc/2005.v10n1/23-26/pt>. Acesso em: 01 out. 2025.

MIRANDA, Janira. Mulheres indígenas, igreja e escravidão na América Portuguesa. *Em Tempo de Histórias*, Brasília, n. 7, 2003. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/231258081.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2025.

MONTEOLIVA, José Maria. *O dilema da sexualidade*. São Paulo: Edições Loyola, 1990.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa (2006a). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/VwnvSnb886frZVkBpL4Xn/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 mai. 2025.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política (2006b). Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/NGxfm9MK4wBdpJ7twQzvfYM/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 set. 2025.

OSWALD, M. E.; GROSJEAN, Stefan. Confirmation bias. **Cognitive illusions: A handbook on fallacies and biases in thinking, judgement and memory**, v. 79, p. 83, 2004.

OTTO, A. F. N.; RIBEIRO, M. A. Contribuições de Murray Bowen à Terapia Familiar Sistêmica. *Pensando Famílias*, v. 24, n. 1, p. 109-122, 2020. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/penf/v24n1/v24n1a07.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2025.

PANIZA, Maurício Donavan Rodrigues. Entre a emergência, a submersão e o silêncio: LGBT como categoria de pesquisa em Administração. *Cadernos Ebape. BR*, v. 18, n. 1, p. 13-27, 2020.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/cebape/a/7dPJZHy9Dmxy5bpb8XHsZDk/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 17 nov. 2025.

PAPERO, Daniel. *A teoria sobre os sistemas familiares de Bowen (1998)*. In: Elkaim, M. (org). Panorama das terapias familiares. v.1 p. 71-99. Acesso em: 25 nov 2015.

PERUCCHI, Juliana; BEIRÃO, Aline Maiochi. Novos arranjos familiares: paternidade, parentalidade e relações de gênero sob o olhar de mulheres chefes de família. *Psicologia Clínica*, v. 19, p. 57-69, 2007.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/pc/a/6B5Y5GOWcBj9dKV4bmhYrmD/?format=html&lang=pt>.

Acesso em: 28 out. de 2025.

SAFFIOTI, H. I. B. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SEPULVEDA, Denize et al. **Gêneros e sexualidades: noções, símbolos e datas**. Rio de Janeiro: *Ed. dos Autores*, 2021. 27 p. v. 05. ISBN 978-65-00-29835-2. Disponível em: <https://portaldobicentenario.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Glossario-v05.pdf>. Acesso em: 19 set. 2015.

SILVA, L. L. T. Mulheres e o mundo do trabalho: a infindável dupla jornada feminina. *Revista Eletrônica Interações Sociais*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 120–131, 2019. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/9171>. Acesso em: 11 nov. 2025.

SPINOLA-CASTRO, Angela Maria. A importância dos aspectos éticos e psicológicos na abordagem do intersexo. *Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia*, v. 49, p. 46-59, 2005.

Disponível

em:

<https://www.scielo.br/j/abem/a/mGVhXqhtcmJq4CwNMtktX8x/?format=html&lang=pt>.

Acesso em: 17 out. 2025.

SPIZZIRRI, G. et al. O termo gênero e suas contextualizações. *Revista Saúde Sociedade*, v. 19, n. 1, 2014. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/upload/S/1413-9979/2014/v19n1/a3969.pdf>. Acesso em: 01 out. 2025.

STERN, Daniel. N. *O mundo interpessoal do bebê*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1985.